

Processo TC - 00492/21

Prefeitura Municipal de Bayeux.
Dispensa de Licitação nº 024/2020.
Irregularidade. Aplicação de multa.
Imputação de débito.
Recomendação. Representação.

ACÓRDÃO AC1 - TC 00059/22

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de análise da **Dispensa de Licitação nº 024/2020**, realizado pela **Prefeitura Municipal de Bayeux**, que teve por objeto a **contratação de empresa especializada no fornecimento de <u>cestas</u> <u>básicas</u> destinadas à população em situação de alta vulnerabilidade no referido Município.**

A **Auditoria do TCE/PB**, em seu **relatório inicial** (fls. 155/163), apontou a ocorrência de **irregularidades** no referido procedimento licitatório.

Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o gestor responsável foi **citado** e apresentou **defesa** às folhas 173/180.

- O **Órgão Técnico** deste Tribunal analisou os autos e emitiu **relatório de análise de defesa** (fls. 237/255), **não acatando** as justificativas apresentadas pela autoridade responsável, concluindo, por conseguinte, pela permanência das seguintes **inconsistências**:
- a) Ausência de solicitação de abertura do procedimento com justificativa da dispensa;



- **b)** Superfaturamento, no valor de R\$ 90.350,00, decorrente de sobrepreço na contratação do objeto da Dispensa de Licitação nº 024/2020, considerando como referência os preços praticados na Mesorregião da Mata Paraibana, entre 01/07/2020 e 31/12/2020 para Órgãos Públicos (R\$ 53,00), por meio de consulta feita à plataforma Preço de Referência;
- **c)** A empresa contratada JAQUELINE FERREIRA SILVA, CNPJ 17.428.078.0001-04, aparentemente, não possui estrutura física compatível com o seu faturamento e encontra-se equivocadamente enquadrada como microempresa, em desacordo com o limite estabelecido pelo inciso I do caput do art. 3º da Lei Complementar 123/06.

Em seguida, o **Ministério Público junto ao TCE/PB**, através de parecer da lavra da Procuradora ELVIRA SAMARA PEREIRA DE OLIVEIRA (fls. 258/266), acostando-se ao exposto pela **Auditoria** acerca das **irregularidades** observadas, opinou pela:

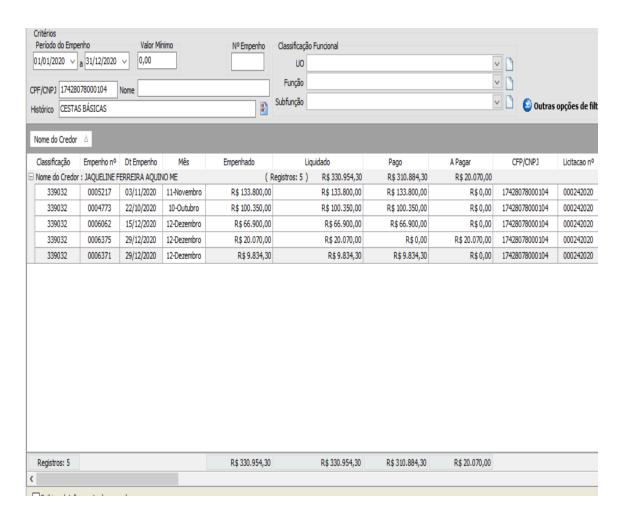
- 1- IRREGULARIDADE do procedimento de Dispensa de Licitação nº 024/20, e do contrato decorrente, realizado pela Prefeitura Municipal de Bayeux;
- **2- APLICAÇÃO DE MULTA** à Prefeita Municipal, Senhora Luciene Andrade Gomes Martinho, com fundamento no art. 56, II, da Lei Orgânica desta Corte (LOTCE/PB);
- **3- IMPUTAÇÃO DE DÉBITO** à Prefeita Municipal de Bayeux, Sra. Luciene Andrade Gomes Martinho, referente ao excesso de preço constatado, e no valor a ele efetivamente pago (se total ou em parte);
- **4- RECOMENDAÇÃO** à gestão municipal de Bayeux, para que, em futuras contratações, guarde estrita observância aos princípios norteadores da Administração Pública, bem como às normas pertinentes a Licitação e Contratos Administrativos, inclusive para finis de promover a boa e regular aplicação de recursos públicos;
- **5- REPRESENTAÇÃO** à Secretaria Estadual das Finanças acerca da irregularidade detectada nos presentes autos referente ao não preenchimento de requisito pela empresa ME Janaína Ferreira Silva para ser caracterizada como microempresa.



VOTO DO RELATOR

Segundo registro no SAGRES, trata-se de dispensa de licitação, nº 024/20, tendo como fundamento a pandemia/COVID-19 (Art. 4º da Lei 13.979/20), contrato 0167/20, sendo contratada a empresa Jaqueline Ferreira Silva ME— CNPJ: 17.428.078/0001-04.

Observa-se, ainda, no **SAGRES**, que o valor **empenhado/liquidado** foi de **R\$ 330.954,30**, e o valor **pago** de **R\$310.884,30**.



Acompanho o entendimento da **Auditoria**, acolhendo o **posicionamento ministerial**, e, por isso, **voto** da seguinte forma:



- a) pela IRREGULARIDADE do procedimento de Dispensa de Licitação nº
 024/20, e do contrato decorrente, realizado pela Prefeitura Municipal de Bayeux;
- I.b) pela APLICAÇÃO DE MULTA à autoridade responsável no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 56, II e VIII da LOTCE, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do Acórdão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à multa, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário, devendo-se dar a intervenção do Ministério Público comum, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;
 - c) pela IMPUTAÇÃO DE DÉBITO à autoridade responsável, em razão da indicação de sobrepreço, no montante liquidado pela Auditoria, a saber, R\$ 90.350,00 (noventa mil, trezentos e cinquenta reais) o equivalente a UFR/PB;
 - **d)** pela **RECOMENDAÇÃO** à gestão municipal de Bayeux, para que, em futuras contratações, guarde estrita observância aos princípios norteadores da Administração Pública, bem como às normas pertinentes à Licitação e Contratos Administrativos, inclusive para fins de promover a boa e regular aplicação de recursos públicos; e,
 - e) pela **REPRESENTAÇÃO** à Secretaria Estadual das Finanças acerca da irregularidade detectada nos presentes autos referente ao não preenchimento de requisito pela empresa ME Janaína Ferreira Silva para ser caracterizada como microempresa.



DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC 00492/21, ACORDAM os MEMBROS DA 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em acompanhar integralmente o voto do Conselheiro Relator, para:

- 1. JULGAR IRREGULAR o procedimento de Dispensa de Licitação nº 024/20, e o contrato decorrente, realizado pela Prefeitura Municipal de Bayeux;
- 2. COMINAR MULTA à autoridade responsável no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), o equivalente a 85,00 UFR/PB, com fundamento no art. 56, II e VIII da LOTCE, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do Acórdão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à multa, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário, devendo-se dar a intervenção do Ministério Público comum, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;
- 3. IMPUTAR DÉBITO à autoridade responsável, em razão da indicação de sobrepreço, no montante liquidado pela Auditoria, a saber, R\$ 90.350,00 (noventa mil, trezentos e cinquenta reais) o equivalente a 1.536,04 UFR/PB;
- 4. RECOMENDAR à gestão municipal de Bayeux, para que, em futuras contratações, guarde estrita observância aos princípios norteadores da Administração Pública, bem como às normas pertinentes a Licitação e Contratos Administrativos, inclusive para finis de promover a boa e regular aplicação de recursos públicos; e,



5. REPRESENTAR à Secretaria Estadual das Finanças acerca da irregularidade detectada nos presentes autos referente ao não preenchimento de requisito pela empresa ME Janaína Ferreira Silva para ser caracterizada como microempresa.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões da 1ª Câmara do TCE/PB. João Pessoa/PB, 27 de janeiro de 2022.

Assinado 31 de Janeiro de 2022 às 12:03



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 1 de Fevereiro de 2022 às 06:34



Elvira Samara Pereira de Oliveira MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO